



Credenciamento

2/2026

CONTRATANTE (928285)

Fundação Estatal de Atenção à Saúde.

OBJETO

Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 16.056.576,00.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

Permanente.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

02/03/2026



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR	4
4. DA HABILITAÇÃO	5
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	9
9. DA CONTRATAÇÃO	9
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	10
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	10
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	11
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA Matrícula 27 em 03/02/2026 15:35:38



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas**CREDENCIAMENTO Nº 2/2026.**

(Processo Administrativo nº 01-021633/2026)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Municipal nº 701/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o **Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 7º, inciso I¹, do Decreto Municipal nº 701/2023.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

¹ Art. 7º O credenciamento poderá ser aplicado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.5. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio; dada a baixa complexidade do objeto e visando a ampliação da disputa, bem como diminuir a possibilidade de conluio.*
- 2.5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SicaF e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br), o **requerimento de participação** com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. *Descrição detalhada do objeto contendo informações sobre a prestação do serviço.*

3.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços objetos deste edital.*

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. **Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.**

3.6. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, **o interessado apresentará também declaração que:**

3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.8. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.
- 4.6. O órgão credenciante terá o prazo de quinze dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 4.7. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.
- 4.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.10. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.11. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico (pelos seguintes e-mails: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br) até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.12.3. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou seu pedido de credenciamento, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo órgão credenciante (Acórdão 1211/2021 - Plenário TCU).



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

4.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 701/2023.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em um dia útil, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (pelo seguinte e-mail: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br).

5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.

6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6. fraudar o credenciamento;

6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de trinta dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes e-mails*: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br e mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de três dias úteis.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de um ano.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos critérios estabelecidos no termo de referência deste edital quanto à distribuição da demanda.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de trinta dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11.9. Os usuários poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços ou no faturamento.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital é permanente.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://feas.curitiba.pr.gov.br/inexigibilidade.html>

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO 1 - Termo de Referência

13.5.1.1. Anexo 1.1. – Estudo Técnico Preliminar

13.5.2. ANEXO 2 – Valores praticados.

13.5.3. ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, na data da assinatura eletrônica.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 1 - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Da justificativa

Tendo em vista que Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS é uma fundação pública de direito privado, órgão de administração indireta da prefeitura de Curitiba que executa e desenvolve ações no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, prestando serviço de atenção à saúde nas unidades: Hospital Municipal do Idoso, Centro médico comunitário bairro novo, Centro de atenção especializada, RUE (rede de urgência e emergência): Samu Móvel 7 ambulâncias suporte avançado, 2 unidades de transporte avançado para remoção entre serviços, complexo regulador de urgências e 9 Unidades de Pronto Atendimento (Upas) Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, CIC, Fazendinha, Pinheirinho, Sítio Cercado, Tatuquara, Atenção Primária à Saúde com fornecimento de médicos para completar escalas das 108 unidades municipais de saúde, Serviço de atenção domiciliar 20 equipes, 13 Centro atenção psico social (CAPS).

I. Considerando que os profissionais são contratados via Processo Seletivo Público, modalidade Celetista.

II. Considerando que há afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade, sendo que muitas horas de afastamento estão relacionadas às medidas sanitárias de controle epidemiológico que demandam isolamento respiratório e afastamentos legais (atestados, férias, licenças previstas na CLT).



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

III. Considerando que no banco formado através de chamamento de funcionários aprovados em PSP (processo seletivo público), não há previsão de contratação pontual e/ou esporádica, no sentido de atender à supracitada demanda (reposições por afastamentos diversos), tendo em vista o caráter contínuo da contratação, que é incompatível com trabalho temporário ou pontual.

IV. Considerando o período de sazonalidade, com aumento demanda de casos respiratórios, Dengue entre outros agravos que culminam em maior número de atendimentos nas unidade e para isso necessita número de profissional em caracter temporário.

V. Considerando portarias e legislações vigentes que determinam um quantitativo mínimo de profissionais para manter o funcionamento dos serviços de forma ininterrupta garantida a qualidade e continuidade assistencial

VI. Considerando a situação necessidade de manter escalas médicas dentro do preconizado para prestação de assistência qualificada a população.

VII. Considerando que a disponibilização de escalas de volantes não garantem o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias e demais agravos que demanda afastamento de ambiente de trabalho com dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

VIII. Considerando que a abertura de horas extras também não garante o preenchimento dos postos vagos de trabalho, e, diante do aumento imprevisível e inesperado no número de afastamentos de profissionais, síndromes respiratórias em geral, dengue, dentre outros, que impede o trabalho.

IX. Considerando o princípio da economicidade no serviço público, onde a hora extraordinária devem ser eventuais e esporádicos para não onerar os cofres públicos de forma irregular, e, tendo sido constatado pós análise financeira que a contratação de mão de obra através desta modalidade para reposições dos afastados temporários, colabora com redução de custos e encargos; situação que repercutirá em redução do custo final gasto pela FEAS conforme orientação do TCE/PR.

X. Considerando que a contratação nestes moldes oportuniza a integralidade e qualidade na prestação de serviço aos usuários do SUS, com eficiência sem ferir o previsto em lei.

XI. Considerando que em muitos casos de pedido de demissão o empregado não cumpre aviso prévio, repercutindo em falta imediata daquele profissional.

XII. Considerando as várias providência internas como: i) escalas com mais profissionais que o mínimo exigido; ii) transferências esporádicas e pontuais de médicos; iii) banco de sobreaviso; iv) aumento



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

temporário de carga horária; v) constantes seleções dentre os próprios empregados já contratados; e outras providências; mesmo assim, em determinados casos pontuais, não são suficientes para o fechamento da escala.

Ainda, ressalta-se que, atualmente, a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS possui contratualizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, a cobertura de cerca de 128.000 (cento e vinte e oito mil) horas médicas mensais, destinadas à cobertura assistencial de todas as unidades de saúde sob sua responsabilidade, abrangendo tanto a rede de urgência e emergência quanto a atenção especializada e primária. Este quantitativo é dimensionado de modo a assegurar o funcionamento regular dos serviços e o atendimento contínuo à população, em conformidade com as normativas e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Entretanto, a experiência prática da gestão de escalas médicas demonstra que, mesmo com o planejamento rigoroso e a adoção de medidas internas como banco de sobreaviso, remanejamento pontual de profissionais, abertura de horas extras e incremento temporário de carga horária, há situações em que os postos de trabalho não conseguem ser integralmente supridos. Isso decorre, sobretudo, dos índices de absenteísmo, originados por licenças médicas, afastamentos legais previstos na CLT, licenças maternidade, férias regulamentares, intercorrências epidemiológicas (como síndromes respiratórias e arboviroses, a exemplo da dengue), além de casos de desligamentos ou exonerações sem cumprimento de aviso prévio.

Diante deste cenário, torna-se necessário instituir uma “reserva técnica” de horas médicas que permita suprir eventuais lacunas na cobertura assistencial, sem que haja prejuízo à continuidade e à integralidade da atenção prestada.

Para tanto, considera-se adequado adotar um percentual de até 15% sobre o total de horas atualmente contratualizadas junto SMS, como margem de segurança para recomposição das escalas. Tal previsão possibilita que a FEAS disponha de meios ágeis e eficazes para enfrentar oscilações na disponibilidade de profissionais, garantindo que os serviços de saúde permaneçam em funcionamento dentro dos parâmetros legais, técnicos e assistenciais exigidos.

Assim, a constituição desta reserva técnica não se apresenta como um acréscimo desproporcional ou oneroso, mas sim como uma medida de gestão responsável, orientada pelos princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e da proteção do usuário do SUS contra eventuais situações de desassistência. Trata-se, portanto, de mecanismo indispensável para assegurar que a cobertura assistencial corresponda às demandas reais da rede, em especial em períodos de maior



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

sazonalidade e absenteísmo, reforçando o compromisso da FEAS com a qualidade e a eficiência da prestação de serviços de saúde no Município de Curitiba.

Resta peremptório, visando respeitar o número de profissionais preconizado na legislação/normativas para funcionamento de serviços de saúde, bem como garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência -, justificando, portanto os quantitativos apresentados para o presente processo.

3. Da descrição de um serviço como um todo

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda.

Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.

Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
--	-----------------------------

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico

VII. completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VIII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

IX. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos

profissionais elegíveis para realizar o plantão;

X. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

XI. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XII. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XIII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

que não mais prestem serviços;

XIV. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

XV. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

XVI. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XVII. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

XVIII. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, será solicitada justificativa a contratante.

XIX. A análise será feita por empregado designado pela gestão do contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XX. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XXI. As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a contratada;

XXII. XI. A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

4. Da Classificação e rodízio para Distribuição da Demanda

I. A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente pessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

II. O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).

III. Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

IV. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

V. Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

VI. Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.

VII. A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.

VIII. Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.

IX. Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.

X. Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.

XI. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.

XII. Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.

XIII. Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 dias.

5. Das obrigações da contratada

I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR;

II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- III.** Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora;
- IV.** A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista;
- V.** Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico; Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela Contratante.
- VI.** Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da CONTRATADA, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas;
- VII.** Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada;
- VIII.** Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.
- IX.** Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas;
- X.** Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas;
- XI.** Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.
- XII.** Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato;
- XIII.** Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias;
- XIV.** Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas;
- XV.** Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas;
- XVI.** O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade;
- XVII.** Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato;

XVIII. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente;

XIX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

XX. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato;

XXI. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infelizmente, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE;

XXII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela CONTRATADA;

XXIII. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, que informará a CONTRATANTE e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

XXIV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à CONTRATANTE;

XXV. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas;

XXVI. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno;

XXVII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local;

XXVIII. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da contratante;

XXIX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas;

XXX. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência;

XXXI. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- XXXII.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação;
- XXXIII.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, sempre que houver alteração no quadro profissional do preposto, a contratada deverá atualizar a contratante em até 24h da alteração;
- XXXIV.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- XXXV.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos;
- XXXVI.** Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da contratante;
- XXXVII.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas;
- XXXVIII.** Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- XXXIX.** Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.;
- XL.** Realizar visita do responsável pelo contrato na CONTRATANTE para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas;
- XLI.** Manter a CONTRATANTE informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço;
- XLII.** Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à CONTRATANTE e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- XLIII.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato;
- XLIV.** Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas;
- XLV.** Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XLVI. A contratada deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais; **XLVII.** Cumprir o código de Ética Médica;

XLVIII. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;

XLIX. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato;

L. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados;

LI. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

LIII. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial;

LIV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela Contratada;

LV. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste termo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes;

LVI. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços;

LVII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a CONTRATANTE (Feas) por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem;

LVIII. Manter contatos com a CONTRATANTE (Feas), sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- LIX.** Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE (Feas), sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- LX.** Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados;
- LXI.** Comunicar à CONTRATANTE (Feas), por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do CONTRATO, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;
- LXII.** Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo;
- LXIII.** Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado;
- LXIV.** Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a CONTRATANTE (FEAS);
- LXV.** Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades;
- LXVI.** Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE (Feas).

6. Das obrigações da contratante

- I. Inserir os empregados da contratada nas políticas e rotinas de qualidades adotadas na instituição e prover as capacitações necessárias a estes, quando da necessidade;
- II. Definir o Gestor e o Suplente do contrato e suas responsabilidades na supervisão do contrato que devem acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de fornecimento do objeto contratado. Dentre as atribuições do servidor designado para exercer a fiscalização do contrato estão:
- III. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- IV. Anotar em documento próprio as ocorrências;
- V. Determinar a correção de faltas ou defeitos na execução do contrato;
- VI. Cientificar à autoridade superior sobre eventual inexecução do contrato para a adoção das medidas cabíveis.
- VII. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste TERMO e seus anexos;
- VIII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades;
- IX. Comunicar de imediato a CONTRATADAS quaisquer anormalidades de execução do serviço;
- X. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste;
- XI. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- XII. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- XIII. Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- XIV. Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;
- XV. Obedecer às especificações fornecidas pela CONTRATADA quanto à utilização dos equipamentos, divulgando as orientações recebidas e fiscalizando os procedimentos adotados pelos usuários.

7. Do pagamento

I A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

III O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

correspondente ao mês de referência, sem emendas ou rasuras, sendo necessariamente a via original.

IV Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar: a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total; b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões), c. escala de plantão da especialidade; d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS), e e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior à cobrança (se for o caso).

V . Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

VI Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados as solicitações executadas conforme conferência realizada após entrega da relação dos profissionais, liberados mediante apresentação da documentação prevista.

7.1. Do Pagamento por Performance

I. A empresa deverá encaminhar ao Setor de Contratos da Feas até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, os relatórios dos plantões realizados no mês, contendo unidade em que foi realizado o plantão, data, horário, nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

II. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.

III. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:

- Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora contratada.
- O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).
- O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração de Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade em auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames e medicações parenterais (pacientes de baixo risco)	Metas de <5% e <15% respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%.

IV. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que solicitaram e/ou receberam os profissionais médicos para realização do plantão.

V. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

VI. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VII. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VIII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

IX. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

8. Das Penalidades

Na hipótese de a contratada deixar de executar os serviços por qualquer motivo, ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda, em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I. Advertência.

II. No caso de atraso injustificado na prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo de que trata este item, o pagamento poderá ser cancelado ou o contrato ser considerado rescindido, a critério da Feas;

III. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação;

IV. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Feas, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 700/2023;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Feas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior, de acordo com a Lei Federal nº 8.14.133/2021;

VI. Decisão Cautelar de Suspensão, para situações pendentes de julgamento que possam, pela quantidade ou gravidade delas, implicar em potencial prejuízo à administração pública ou à saúde da população, poderá a autoridade competente considerar cautelar e provisoriamente impedido o



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

fornecedor de participar de novos certames licitatórios junto à Feas, até decisão administrativa definitiva;

VII. A multa moratória (item II) e a multa compensatória (item III) poderão ser cumuladas;

VIII. Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da Contratada na Feas;

IX. Não serão aceitos para prestação de serviços profissionais que não estiverem sido informados na lista mensal;

X. O médico escalado deverá fazer o plantão do início ao fim, caso não atinja o mínimo de 04 pacientes/hora será realizado uma média do número de atendimentos realizados e não será realizado o pagamento. Entre 03 a 04 pacientes atendidos será realizada a análise individual da produtividade e o pagamento será proporcional.

XI. *A fim de que se assegure a melhor compensação desses horários será feita a análise de todos os pacientes atendidos pelo médico.

XII. Serão notificadas as empresas que não atenderem entre 50% a 70% das solicitações. Nos casos em que não houver atendimento de pelo menos 50% das solicitações as contratadas serão descredenciadas.

9. Das Hipóteses de Rescisão Contratual

I. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará a sua denúncia pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto na cláusula anterior.

II. Na hipótese de denúncia, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

III. Constituem motivo para a denúncia deste contrato:

- a. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d. o atraso injustificado no início da prestação do serviço;
- e. a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo se autorizadas previamente pela CONTRATANTE;
- g. o desatendimento das determinações regulares do preposto designado para acompanhar



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

e fiscalizar a sua execução;

h. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

i. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

k. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE;

l. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

IV. A CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, procedendo à notificação prévia à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que será executada após análise e aceite do gestor do contrato.

10. Da fiscalização

I. A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, todavia a contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- Notificar a empresa contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- Solicitar à empresa contratada, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório;
- Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

11. Normas e critérios de seleção do fornecedor

I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Credenciamento, sob a forma ELETRÔNICA.

II. Exigências de habilitação: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

a. Habilitação jurídica

1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação econômico-financeira

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

I - Liquidez Geral (LG) =

(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)=

(Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) =

(Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

7. Tal qualificação se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas "aventureiras" ou não possuam saúde financeira para o fornecimento de tais bens, em especial dada a vigência contratual se prolongar por período considerável, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

d. Qualificação técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026
e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação,

ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4. Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas “aventureiras” ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

pelo órgão fiscalizador.

d.1. Dos documentos exigidos para classificação da proposta

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da Proponente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, do ramo de atividade serviços médicos, comprovando a prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação. O documento deverá atestar a prestação do serviço onde tenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) da demanda total dos serviços objeto desta licitação. A referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, desde que coincidentes em, pelo menos, seis meses;

1.2 Os atestados deverão ter a comprovação de serviços prestados a, pelo menos dois anos pela empresa. Ou seja, o atestado tem que ter sido emitido, antes de 2023. A exigência é necessária para garantir que a empresa.

1.2.1 Considerando a natureza do objeto da contratação – **credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de profissionais médicos para atuação em unidades de saúde** – impõe-se a necessidade de garantir que as empresas credenciadas possuam não apenas qualificação formal, mas também **experiência consolidada na execução de serviços da mesma natureza**.

1.2.2 Nesse sentido, a exigência de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visa a **comprovação de desempenho anterior satisfatório**, sendo instrumento essencial para atestar que a empresa:

1.2.2.1 Possui estrutura organizacional, administrativa e operacional compatível com as exigências do contrato;

1.2.2.2 Detém expertise no recrutamento, gestão e disponibilização de profissionais médicos em quantitativos e perfis compatíveis com o que se pretende contratar;

1.2.2.3 Está apta a cumprir prazos, obrigações legais e regulatórias vinculadas à atividade, inclusive aquelas relativas à responsabilidade técnica e às normas dos conselhos profissionais.

1.2.3 A exigência de que o atestado tenha sido emitido **há pelo menos dois anos** encontra



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

amparo na **necessidade de verificar o tempo de operação e consolidação da empresa no mercado**, o que contribui para a mitigação de riscos à administração pública, como a interrupção de serviços essenciais, ausência de cobertura em escalas ou descontinuidade no fornecimento de mão de obra qualificada.

Tal requisito se justifica, ainda, pelo interesse público na **continuidade e eficiência do atendimento médico prestado à população**, sendo a **capacidade de manter equipes médicas estáveis e com cobertura contínua** um critério relevante para a aferição da aptidão da empresa.

A exigência está em consonância com o **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a necessidade de comprovação da aptidão das contratadas por meio de atestados de capacidade técnica, bem como com os princípios da **eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa** (arts. 5º e 11 da mesma lei). Trata-se, portanto, de uma exigência **razoável, proporcional e diretamente relacionada à adequada execução do objeto**.

1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.5 Tal qualificação técnica se faz necessária uma vez que visa alijar de futuros fornecedores da administração, empresas "aventureiras" ou que não possuem nenhuma experiência pretérita no fornecimento de tais bens, visando assim garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

2. Alvará de Funcionamento da licitante, dentro do seu prazo de validade, expedido pela Prefeitura do Município sede da empresa proponente, com ramo de atividade compatível ao objeto desta Licitação;

3. Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia do deferimento publicado em Diário Oficial;

4. Registro do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina, com inscrição mínima de dois anos;

5. Certidão de Regularidade Técnica do Responsável Técnico junto ao respectivo Órgão de Classe.

6. Certidão negativa da empresa junto ao CRM, atestando que esta não foi penalizada em nenhum processo disciplinar no órgão;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

7. Certidão negativa do Responsável Técnico junto ao CRM, atestando que este não foi penalizado em nenhum processo disciplinar no órgão;
8. Os documentos de todas as categorias de habilitação apresentados deverão estar vinculados ao mesmo CNPJ (matriz ou filial) da empresa proponente;

12. Da estimativa do valor da contratação

- I. O valor corresponde ao preço da prestação dos serviços deverá considerar todos os componentes necessários à prestação dos serviços, que compõe o custo, expressados em parcela mensal e valor global anual, aferidos a partir do preço unitário.

II. Estão previstos os seguintes quantitativos totais ao ano

Até 96.960 horas/ano a serem divididas para todas as empresas.

13. Do Credenciamento

- I. O período inicial de recebimento de documentos será de 30 (trinta) dias, destinado à organização e análise prioritária das solicitações de credenciamento. Após esse período, o sistema de credenciamento permanecerá aberto para cadastramento permanente de interessados. No entanto, a inclusão formal de contratados será processada em ciclos administrativos anuais, quando ocorrerá a redistribuição de vagas e convocações, sem prejuízo do direito do credenciado de ser convocado em caráter emergencial conforme necessidade. A adoção de um período inicial de recebimento de documentos de 30 (trinta) dias, destinado à organização e à análise prioritária das propostas, seguida da manutenção do sistema de credenciamento aberto de forma permanente, com processamento formal das inclusões para contratações em ciclos administrativos anuais, encontra respaldo na necessidade de conciliar o princípio do cadastramento contínuo com as limitações operacionais e de gestão da Fundação. Essa solução preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar a qualquer tempo, ao mesmo tempo em que permite à Administração consolidar um universo de credenciados para fins de planejamento orçamentário e operacional, reduzindo a volatilidade que decorre de um “entra e sai” constante de empresas. Do ponto de vista da previsibilidade de demanda, os ciclos anuais possibilitam



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

estimativas mais acuradas de volumes de serviços, insumos e recursos humanos, o que é essencial para a alocação eficiente de verbas e para a programação do serviço. No que tange à gestão de escalas e à continuidade assistencial, a rotatividade permanente de credenciados compromete a formação de equipes estáveis, a integração e o treinamento de profissionais, aumentando o risco de falhas no atendimento; a adoção de ciclos permite organizar escalas, capacitações e substituições de forma ordenada, preservando a qualidade do serviço. Ademais, a capacidade operacional da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual é reduzida; o processamento contínuo e imediato de novos credenciados exigiria análises, diligências e homologações permanentes, sobrecarregando servidores, elevando o risco de erro e gerando retrabalho. No plano financeiro, a entrada e saída constantes de credenciados implicariam emissão e conferência frequente de notas fiscais, ordens de serviço e liquidações, aumentando a complexidade administrativa e o risco de atrasos ou inconsistências nos pagamentos; a concentração das inclusões em ciclos anuais permite programar rotinas de faturamento de forma mais eficiente e segura. Importante ressaltar que a proposta não impede convocações em caráter emergencial: mantém-se a possibilidade de contratação imediata quando houver necessidade comprovada, assegurando a proteção do interesse público.

A limitação de pessoal da equipe responsável pelo credenciamento e pela gestão contratual não é um detalhe administrativo; é um fator determinante para a qualidade, a segurança jurídica e a eficiência do serviço público. Quando a administração enfrenta um fluxo contínuo e imprevisível de entrada e saída de empresas credenciadas, a demanda por tarefas administrativas cresce de forma exponencial e fragmentada — protocolos de recebimento, conferência documental, diligências, análises técnicas, comunicações formais, homologações, atualizações de sistemas, emissão de ordens de serviço e processamento de notas fiscais passam a ocorrer de maneira desordenada e permanente. Para uma equipe reduzida, esse padrão operacional gera três efeitos negativos concretos e interrelacionados que prejudicam o interesse público.

Primeiro, há perda de qualidade técnica e aumento do risco de erro. A análise documental e a verificação de conformidade exigem tempo, atenção e, muitas vezes, diligências complementares. Processos fragmentados e repetitivos elevam a probabilidade de falhas — documentos não conferidos, prazos perdidos, exigências mal formuladas — que podem resultar em inabilitações indevidas, pagamentos incorretos ou necessidade de retrabalho. Esses erros são mais que meramente formais: impactam a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e a credibilidade da Fundação. Segundo, a sobrecarga operacional compromete a capacidade de gestão financeira. Cada novo credenciado implica potencial movimentação de ordens de serviço, notas fiscais e liquidações. Um “entra e sai” constante exige conferências fiscais e contábeis contínuas,



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

multiplicando lançamentos e aumentando o risco de inconsistências, atrasos de pagamento e passivos financeiros. Para uma equipe enxuta, isso significa maior probabilidade de atrasos a fornecedores, necessidade de correções manuais e maior exposição a questionamentos. Terceiro, há impacto direto na gestão assistencial e na organização das escalas. A rotatividade de prestadores dificulta a formação de equipes estáveis, a padronização de procedimentos e a realização de treinamentos e integrações necessários para manter a qualidade do atendimento. A alternância frequente de empresas e profissionais aumenta a complexidade de coordenação das escalas, eleva o risco de lacunas de cobertura e reduz a previsibilidade operacional das unidades de negócio — justamente o oposto do que se busca em serviços que exigem continuidade e segurança clínica. Em suma, o custo administrativo e o risco operacional associados a um credenciamento tratado como fluxo ininterrupto superam os benefícios práticos de aceitar e processar imediatamente cada novo pedido, especialmente quando a Fundação dispõe de recursos humanos limitados. Por isso, a adoção de ciclos administrativos para a formalização das inclusões — mantendo, contudo, o cadastramento permanente e a possibilidade de convocações emergenciais — representa uma solução equilibrada. Ao concentrar a análise e a inclusão em janelas programadas, a Fundação preserva o direito de qualquer interessado de se credenciar, mas organiza o trabalho de forma a garantir análises mais completas, controles financeiros mais robustos, escalas assistenciais mais estáveis e menor exposição a falhas administrativas. Essa organização também facilita a transparência: permite publicar cronogramas, demonstrar critérios objetivos de inclusão e justificar tecnicamente as decisões. Em termos práticos, tal medida não busca restringir o acesso, mas otimizar a gestão pública diante de limitações reais de capacidade operacional, protegendo o interesse público ao assegurar qualidade, previsibilidade orçamentária e continuidade do atendimento. Demonstra-se, assim, que a opção por ciclos é técnica, proporcional e orientada à eficiência do serviço público.

- II. As empresas serão chamadas para prestar os serviços de forma intercaladas.
- III. Caso a empresa que possua preferência para prestar o serviço não o faça, a segunda empresa será convocada para fazê-lo, sendo a primeira penalizada por descumprimento contratual;

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NUE



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Anexo 1.1 – Estudo Técnico Preliminar

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. Descrição da necessidade**

Credenciamento de empresas para Contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

2. Área Requisitante

As necessidades são apresentadas pela Gerente Administrativa do Núcleo de Urgência e Emergência da Feas.

3. Levantamento de mercado

Foi realizado um levantamento detalhado do mercado de médicos generalistas na região de atuação da instituição contratante, visando identificar a disponibilidade, qualificação e condições de oferta desses profissionais.

Metodologia**I. Análise da Demanda:**

- Levantamento das necessidades atuais de médicos generalistas na rede de saúde pública.

II. Perfil do Mercado:

- Investigação sobre o número total de médicos generalistas registrados nos conselhos regionais de medicina.
- Avaliação da distribuição demográfica e faixa etária dos médicos na região de interesse.

III. Capacidade de Atendimento:

- Avaliação da capacidade dos médicos generalistas existentes para atender à demanda atual e projetada.
- Análise da disponibilidade de consultórios, clínicas e hospitais para credenciamento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

IV. Condições Contratuais e Remuneração:

- Pesquisa sobre os modelos contratuais preferenciais pelos médicos generalistas.
- Levantamento das expectativas de remuneração e benefícios associados à prestação de serviços.

V. Benchmarking de Práticas:

- Comparação com práticas de credenciamento e contratação de médicos em outras instituições similares.
- Identificação de melhores práticas e lições aprendidas para otimização do processo.

VI. Resultados Esperados

- Relatório detalhado com análise quantitativa e qualitativa do mercado de médicos generalistas.
- Recomendações para estratégias de credenciamento que maximizem a cobertura e a qualidade dos serviços médicos.

VII. Referências

- Dados estatísticos dos conselhos regionais de medicina.
- Estudos de mercado e relatórios de instituições de saúde similares.

4. Da descrição do serviço como um todo

- O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto com o Termo de Referência;
- Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS;

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba;

VI. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.

VII. A contratada prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela contratante;

VIII. A contratada deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão;



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1 - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED. GENERALISTA %2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

IX. Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços;

X. A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.

XI. Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional;

XII. A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços;

XIII. A contratada deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela Contratante, a contratada deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a contratada providenciar a reposição em até 02 horas.

a. Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a Contratante poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.

b. A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.

XIV. O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do item I.

a. Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos do plantão, o mínimo de 4 pacientes por hora, a quantidade de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas;

b. A análise será feita por empregado designado pela gestão dos contratos da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros)

XV. Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina;

XI. A Feas reserva- o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

5. Da estimativa da demanda



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

Total de horas: 96.960

6. Do Pagamento por Performance

- I. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- II. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme segue:
 - a. Para cada paciente acima da média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora, será acrescido 5% (cinco por cento) sobre o valor da hora



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1-ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

contratada.

b. O adicional de performance fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora contratada, ainda que o número de atendimentos/hora seja superior a 08 (oito).

c. O cálculo será efetuado individualmente por profissional, com base no número médio de atendimentos/hora apurado ao final do plantão, a partir dos registros oficiais em prontuário e nos sistemas disponibilizados pela FEAS.

d. Propomos um sistema de avaliação contínua, cujos critérios, metas e processos de aferição serão integralmente refletidos no edital de licitação e no subsequente contrato de serviços

(Eliminatório)	Desempenho Mínimo	Consistência produtividade	Exclusão do profissional da escala após 3 plantões com média < 4 pacientes/hora (salvo baixa demanda comprovada).
Qualidade e Segurança	Qualidade Percebida	Apuração Ouvidoria	Exclusão imediata do profissional após uma ocorrência moderada/grave, de devidamente apurada e qualificada.
(Eliminatório)	Registro Clínico	Conformidade auditoria	Mínimo de 95% de adequação em auditorias em semanais (amostragem de 10% dos prontuários).
Disponibilidade	Engajamento Profissional	Verificação de Atividade no Sistema	Ação contratual se houver ausência prolongada e injustificada de atividade no prontuário eletrônico.
Eficiência	Racionalidade de Recursos	% de solicitações de exames medicamentos parenterais	Metas de <5% e <15% e respectivamente, servindo como gatilho para auditoria qualitativa dos casos.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

		(pacientes de baixo risco)	
Administrativo	Assiduidade e Pontualidade	% de acionamentos atendidos no prazo	Meta de cumprimento ≥98%

III. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos **Gestores da Área de Urgência e Emergência da FEAS**.

IV. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um **Boletim de Desempenho** mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

V. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

VI. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

VII. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

VIII. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

7. De contratações correlatas

Informo que hoje temos ativo na Fundação outros contratos provenientes do Credenciamento 001/2023 e, apesar da similaridade dos objetos, faz-se necessário novo processo licitatório para que atenda a demanda de todas as unidades da Feas.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5928
feas.curitiba.pr.gov.br

O novo processo de credenciamento para serviços médicos generalistas não é uma mera repetição do processo para as unidades da Feas, mas sim um novo objeto, que visa atender necessidades específicas destas unidades. Cada processo licitatório possui um objeto próprio, delimitado pelas características e particularidades das unidades envolvidas.

Os serviços médicos devem ser ajustado ao seu funcionamento, incluindo funcionalidades que atendam às demandas de todas as unidades da Feas, além de um fluxo de atendimentos, definidos posteriormente aos contratos anteriormente firmados. Por isso, a contratação deve ser tratada como um processo independente, considerando a especificidade do objeto e da unidade, sem que haja fragmentação indevida.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Contratos decorrentes do Credenciamento 001/2023, conforme item 6.

10. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade.

A contratação está prevista no planejamento de custos da instituição.

11. Resultados pretendidos, em termos de efetividade.

Garantir a prestação de serviço qualificado aos usuários do SUS de Curitiba – sem desassistência.

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Não necessários; as unidades da Feas já se encontram totalmente capacitadas para gerir e fiscalizar o contratado, bem como oferecer todas as condições para efetivação dos serviços.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

Feas



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Protocolo 01-278099/2025 Anexo 1.1 - 1- _ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR_CRED_GENERALISTA_%2 do Trâmite 1 INFORMAÇÃO - FEASADM



FEAS
R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5926
feas.curitiba.pr.gov.br

Não há.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Desta forma é totalmente viável e razoável a presente contratação.

Documento assinado digitalmente
ROSANE KRAUS
Data: 21/10/2025 15:31:09 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rosane Kraus
Gerente Administrativa NÚE



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 2 – VALORES PRATICADOS

Descrição	Qtde horas Máxima Anual	VALORES MÁXIMOS*	
		Valor Hora Produção mínima	Valor hora Produção Máxima
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960	R\$ 138,00	R\$ 165,60
VALOR ANUAL TOTAL		R\$ 13.380.480,00	R\$ 16.056.576,00

Obs.: **Há vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.**



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

ANEXO 3 – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025 – FEAS

Contrato Administrativo nº XXX/2025-FEAS para contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento, que entre si celebram a **Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, **Sezifredo Paulo Alves Paz**, CPF/MF 366.713.809-10 e pela Diretora Administrativa Financeira, **Janaina Barreto Fonseca**, CPF/MF n.º 047.615.519-33, assistidos pelo Assessor Jurídico, **Pedro Henrique Igino Borges**, OAB/PR n.º 50.529, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com fundamento nas informações contidas no Processo Administrativo nº xxx/2025 – Feas, Credenciamento n.º XXXX e Termo de Referência, resolveram e acordaram firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente, por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços médicos generalistas complementares para as unidades de negócio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, pelo período de 12 (doze) meses, através de processo de credenciamento.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser prestados nas dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo

Fazem parte do presente Contrato, como se nele houvessem sido transcritos, o Termo de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Referência e a Proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro

As pessoas que venham a executar os serviços decorrentes deste instrumento possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a **CONTRATADA**, sendo esta titular e única responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas quando em serviço na forma expressa e considerada nos artigos 19 a 21 da Lei 8.213/1991, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **CONTRATANTE**, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica em exclusividade de colaboração entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** somente manterá na execução dos serviços objeto da presente contratação, profissionais que apresentem o seguinte perfil:

- a) Maiores de 18 (dezoito) anos.
- b) Portadores de atestado de boa saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto neste contrato administrativo e seus anexos;
- II. Os serviços serão realizados para atendimento de pacientes adulto e infantil, usuários do Sistema Único de Saúde nas unidades de rede de urgência emergência e Atenção Primária à Saúde em que a Feas atua na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.
- III. O quantitativo estimado está descrito na tabela abaixo:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Tabela 01. Descrição dos Serviços

Dos serviços	
Rede de urgência e emergência	
Atendimento a situações de Urgência e Emergência em todos os setores das UPAS e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.	
Quantidade Estimada de atendimentos nas UPAS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora
Atenção Primária à Saúde	
Realizar consultas e/ ou exames de complexidade e habilidade conforme programas da Atenção Primária à Saúde e pacientes da demanda aguda. Realizar consultas e atendimentos médicos, nas unidades demandas pela FEAS. Realizar atividades conforme sua área de competência. Cumprir com o previsto PANAB (programa nacional de atenção básica) e no programa de estratégia e saúde da família atendendo as necessidades da política de saúde do município. Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas da Fundação e do Conselho Profissional da categoria. Atuar em conformidade com a política municipal de saúde, respeitando o pactuado em Contrato de Gestão.	
Quantidade Estimada de atendimentos na APS por plantão	Mínimo de 04 pacientes/hora

IV. Os serviços deste objeto serão prestados nas dependências das unidades sob gestão da Fundação Estadual de Atenção à Saúde e SMS.

V. Os atendimentos serão exclusivos aos beneficiários do Sistema Único de Saúde do município de Curitiba:

- A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, conforme a Resolução 1.958/2010- Conselho Federal de Medicina.
- A **CONTRATADA** prestará os serviços 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, conforme escala mensal previamente acordada entre as partes e aprovada pela **CONTRATANTE**.
- A **CONTRATADA** deverá informar mensalmente a relação com os nomes dos profissionais elegíveis para realizar o plantão.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- d) Deverá ser informado a relação de 30 profissionais que a empresa poderá disponibilizar à Feas para prestação dos serviços.
- e) A inscrição de novos profissionais fica sujeita a retirada de outros, na mesma quantidade de novos pedidos.
- f) Novos cadastros devem ser solicitados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização do primeiro plantão do profissional.
- g) A empresa é responsável por comunicar à Feas profissionais por ela informados para cadastro que não mais prestem serviços.
- h) A **CONTRATADA** deverá realizar a cobertura dos horários extraordinários originados por atestados ou faltas, originados pela ausência dos médicos contratados pela Feas, a solicitação será realizada via mensagem em aplicativo de celular pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá realizar o preenchimento em escala compartilhada, devendo a **CONTRATADA** providenciar a reposição em até 02 horas.
- i) Caso não haja o preenchimento na planilha, de forma correta, a **CONTRATANTE** poderá, solicitar a reposição pela próxima responsável.
- j) A empresa que não atender ao preenchimento da vaga, seja ela a responsável inicial, ou a chamada após a não cobertura das demais, será notificada e poderá ser penalizada pelo descumprimento contratual.
- k) O pagamento será realizado e descontado com base no valor das horas previstas na tabela do inciso III desta cláusula.
- l) Caso o profissional escalado pela empresa não cumpra, na média final dos atendimentos de plantão, de no mínimo de 4 pacientes por hora, as quantidades de horas que forem levantadas sem os atendimentos mínimos não serão pagas.
- m) A análise será feita por empregado designado pela gestão do contrato da Feas e levará em consideração as circunstâncias do atendimento (perfil de atendimento, atendimentos na unidade, dentre outros).
- n) Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão, obrigatoriamente, possuir diploma de medicina, pelo menos 6 meses de inscrição de registro no Conselho de Classe e inscrição ativa CRM/PR. Cursos na área de atuação e experiência comprovada, bem com estar em dia com todas as demais exigências conforme estabelecem os Conselhos Regionais e Federal de Medicina.
- o) As vagas solicitadas poderão ser canceladas pelo solicitante com 02 horas de antecedência sem causar ônus a **CONTRATADA**.
- p) A Feas reserva o direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto em Termo de Referência, neste contrato administrativo e seus anexos.

VI. Da Classificação e Rodízio para Distribuição da Demanda:

- a) A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo solicitados pela gestão



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026
deste contrato e demais responsáveis designados pela Feas e será feita através de sorteio realizado, seguindo padrões estritamente impessoais e aleatórios, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

- b) O sorteio para alocação das demandas será realizado preferencialmente em reunião de comparecimento obrigatório, após a assinatura do (s) contratos (s).
- c) Em caso de impossibilidade de assim proceder, será designada uma nova data para a sua realização, cuja data será divulgada por meios eletrônicos.
- d) Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento, em até 01 (um) dia útil antes do sorteio. Devendo endereçá-la ao setor de Contratos que avaliará, junto aos gestores, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.
- e) Em não sendo aceita a justificativa, os credenciados estarão sujeitos as sanções previstas na Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- f) Quando houver mais de um credenciado os responsáveis designados pela Feas realizarão sorteio entre eles, a fim de estabelecer a ordem classificatória das empresas para prestação dos serviços.
- g) A ausência de manifestação do interessado/candidato não o exclui do sorteio para alocação das demandas, mas implica na aceitação do resultado. Após a realização do sorteio serão elaboradas as listas classificatórias, seguindo numeração sequencial iniciada no primeiro sorteio realizado, sendo que o conjunto destes alimentará um quadro de sorteios.
- h) Na distribuição de demandas definidas pela gestão do contrato e direção da Feas, os ganhadores iniciais, após receberem demandas aguardarão novamente sua vez de serem chamados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demanda, sendo que poderão ser chamadas quantas empresas forem necessárias ao preenchimento do solicitado.
- i) Os novos credenciados que ingressarem em chamamentos posteriores a este serão posicionados no quadro de sorteios logo após o último credenciado que integrar a lista de espera. Em não havendo, após o último ao qual se alocou demanda, situação que será repetida quando for realizada uma convocação geral de todos os credenciados.
- j) Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, se realizará uma convocação geral dos credenciados e será realizado sorteio para se alocar cada demanda, nos termos já expostos.
- k) Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata.
- l) Caso a empresa, a qualquer tempo da prestação, queira o descredenciamento, este deverá ser encaminhado ao setor de contratos, sendo devidamente justificado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- m) Os gestores analisarão as razões e, em sendo aceito o descredenciamento, a empresa ainda se obriga a continuar prestando os serviços pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Escalar para os serviços contratados pela Feas exclusivamente médicos inscritos no CRM/PR.
- II. Quando solicitado profissionais médicos para atuar nas unidades da rede de urgência e emergência a empresa só poderá encaminhar profissionais médicos habilitados a prestar serviços em todos os setores da unidade, estando esses capacitados para assumir sala de Emergência, setores adultos e pediátricos, se necessário, durante sua prestação do serviço.
- III. Quando solicitado médico para atendimentos ambulatoriais nas UPAS os profissionais devem cumprir com meta institucional de no mínimo 4 atendimentos por hora.
- IV. A empresa deverá encaminhar profissionais com experiência comprovada de no mínimo seis meses de atuação como generalista.
- V. Garantir o compromisso dos médicos escalados quanto à obediência aos protocolos assistenciais e rotinas definidas pelos serviços e aprovados pela Direção das unidades sob gestão da Feas, bem como as normas do Regimento Interno do Corpo Médico.
- VI. Os profissionais deverão ter performance mínima em conformidade com o preconizado pela **CONTRATANTE**.
- VII. Providenciar em até 2 (duas) horas, sem quaisquer ônus para a Feas, a substituição do profissional que faltar ao serviço, por qualquer motivo, por outro profissional da **CONTRATADA**, da mesma especialidade, com a mesma qualificação e regulamentação exigidas.
- VIII. Encaminhar planilha atualizada com até 30 profissionais que estarão aptos à prestação dos serviços, devendo manter tal planilha atualizada.
- IX. Solicitar o cadastro de novos profissionais com antecedência mínima de 15 dias antes da realização do primeiro plantão.
- X. Designar médicos, quando solicitado pela Feas, para integrar comissões técnicas científicas e éticas da Feas.
- XI. Substituir qualquer médico cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e qualidade dos serviços das unidades da Feas.
- XII. Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados à **CONTRATADA**, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de contrato.
- XIII. Fornecer à Feas as escalas mensais de todos os plantonistas, com 30 (trinta) dias de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

antecedência, com possibilidade de alteração, de conformidade com as necessidades, porém mediante comunicação formal ao gestor do contrato.

XIV. Comunicar por escrito ao gestor do contrato, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com a execução dos serviços, para as providências necessárias.

XV. Controlar o material utilizado, zelando pelo uso racional, prestando contas do seu uso quando solicitado pela Feas.

XVI. Todos os bloqueios de agenda deverão seguir o procedimento padrão, conforme normas estabelecidas por cada uma das unidades da Feas.

XVII. O pedido de cancelamento de agenda solicitado pelo médico, mesmo que justificado, implicará em desconto, caso não seja repostado e dependerá de autorização expressa do gestor de cada unidade.

XVIII. Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

XIX. Apresentar à **CONTRATANTE** nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil após a realização dos serviços do mês imediatamente anterior, para que seja efetuado o pagamento correspondente.

XX. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

XXI. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem da execução do contrato.

XXII. Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços do objeto deste contrato, na área infelizmente, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pelos setores competentes da Feas, os quais serão oferecidos pela **CONTRATANTE**.

XXIII. É obrigatório o uso de crachás pelos profissionais em atividades em qualquer das unidades da Feas, os quais serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

XXIV. Eventuais substituições dos profissionais que se ausentarem de suas atividades para eventos científicos (congressos, jornadas, etc.) deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que informará a **CONTRATANTE** e ao gestor do contrato deste fato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

XXV. Fica expressamente proibido os profissionais médicos prestadores de serviços, quando escalados, ausentarem-se das unidades da Feas, excetuando-se necessidade imperiosa devidamente justificada por escrito que será dirigida ao gestor do contrato e à **CONTRATANTE**.

XXVI. Fica expressamente proibido a contratação de médicos que façam parte do quadro de contratados da Feas.

XXVII. Fica expressamente proibido divisão de horário para descanso noturno.

XXVIII. Fica expressamente proibido ausentar-se da unidade ou afastar-se de seu posto de trabalho sem prover um substituto e comunicar o gestor local.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XXIX. Fica expressamente proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda ou material com o nome da **CONTRATANTE**.

XXX. Os profissionais deverão observar estritamente os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas adotados nas normas vigentes do Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de saúde e das Unidades da Feas.

XXXI. Registrar a frequência dos profissionais, cuja disponibilização é de sua responsabilidade, possibilitando ao gestor do contrato o acesso às informações de ponto e frequência.

XXXII. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, e no sistema disponibilizado pela Feas.

XXXIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

XXXIV. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

XXXV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização.

XXXVI. Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos.

XXXVII. Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da **CONTRATANTE**.

XXXVIII. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade da Feas.

XXXIX. Atender de imediato às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

XL. Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.

XLI. Realizar visita do responsável pelo contrato na **CONTRATANTE** para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/Feas.

XLII. Manter a **CONTRATANTE** informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do serviço.

XLIII. Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à **CONTRATANTE** e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

XLIV. Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

XLV. Apresentar escala de trabalho nos padrões da Feas.

XLVI. Participar obrigatoriamente dos treinamentos oferecidos pela instituição e assim como participar regularmente das reuniões da SCIH, quando convocado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

XLVII.A CONTRATADA deverá encaminhar o comprovante de participação dos cursos obrigatórios dos profissionais juntamente com a relação mensal dos profissionais.

XLVIII. Cumprir o código de Ética Médica.

XLIX. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência anexo.

L. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Feas ou comissão designada para tal ato.

LI. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes com relação aos atendimentos realizados.

LII. As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta do prestador credenciado.

LIII. Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

LIV. Apresentar Cópia Licença Sanitária da licitante (dentro de seu prazo de validade), vinculada ao ramo de atividade. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar o protocolo de solicitação de renovação ou cópia (autenticada) do deferimento publicado em Diário Oficial.

LV. Disponibilizar sempre que solicitado relatórios que viabilizem a auditoria dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

LVI. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas neste contrato administrativo, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE** (Feas) e as normas técnicas e legais vigentes.

LVII. Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços.

LVIII. Responsabilizar-se em executar os serviços, objeto do presente, através de pessoas idôneas e especializadas, assumindo qualquer responsabilidade por danos ou falhas que as mesmas vierem a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se ainda a indenizar a **CONTRATANTE** por todos os prejuízos que eventualmente ocasionarem.

LIX. Manter contatos com a **CONTRATANTE**, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da execução dos serviços, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, e obrigando-se a atender prontamente as reclamações que porventura ocorrerem.

LX. Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato administrativo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

LXI. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

prestados.

LXII. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente, condições inadequadas para a execução dos serviços e a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, comprometendo-se a prestar todos os esclarecimentos julgados necessários.

LXIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente contrato administrativo em Termo de Referência.

LXIV. Responsabilizar-se pela omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto ora contratado.

LXV. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a **CONTRATANTE**.

LXVI. Iniciar a prestação dos serviços dentro dos prazos definidos no CONTRATO, quando deverá ser dado início à prestação do serviço, computando o prazo para pagamento das atividades.

LXVII. Não veicular publicidade acerca da contratação sem expressa e prévia autorização da **CONTRATANTE**.

LXVIII. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021).

LXIX. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

LXX. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda *Municipal, Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do contratado. 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF. e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

LXXII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**, salvo na hipótese do § 2º, do art.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

121, da Lei n.º 14.133/2021.

LXXIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

LXXIV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXV. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

LXXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

LXXVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

LXXVIII. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

LXXIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

LXXX. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

LXXXI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

LXXXII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

LXXXIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

LXXXIV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

LXXXV. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão **CONTRATANTE**.

LXXXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

no trabalho.

LXXXVII. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

LXXXVIII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência anexo, no prazo determinado.

LXXXIX. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

XC. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

XCI. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes.

XCII. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito em Termo de Referência.

XCIII. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

XCIV. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

XCV. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa disponibilizar e desempenhar o serviço de acordo com as determinações deste instrumento.

II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência que deu origem ao Contrato.

III. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre irregularidades verificadas nas inscrições fornecidas, para que sejam corrigidas ou substituídas.

IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

V. Providenciar a fiscalização dos serviços executados, através de profissionais do seu corpo funcional.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VI. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste contrato administrativo e seus anexos.

VII. Solicitar, em função de qualidade ou eficiência, a repetição dos laudos, sempre que constatar irregularidades.

VIII. Comunicar de imediato à **CONTRATADA**, quaisquer anormalidades de funcionamento.

IX. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.

X. Efetuar o pagamento ao fornecedor nas condições e valores correspondentes ao serviço contratado.

XI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XII. Orientar, se necessário, a **CONTRATADA** no exercício de suas atribuições, fornecendo subsídios para a elaboração do planejamento das atividades.

XIII. Fornecer a documentação necessária para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as normas estabelecidas em Termo de Referência.

XIV. Fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento.

XV. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

XVI. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como os do art. 48 da Lei n.º 14.133/2021).

XVII. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

XVIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no menor prazo possível.

XIX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XX. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XXI. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

XXII. Notificar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema nos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e, respectivos pagamentos, se dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pela prestação dos serviços constantes neste contrato está previsto o valor máximo de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX, o qual será pago de acordo com os serviços efetivamente prestados, conforme tabela abaixo, obedecendo-se em todo o caso o valor efetivamente homologado:

Descrição	Qtde horas Máxima Anual						
Serviços Médicos Generalistas Complementares	96.960						
VALOR ANUAL TOTAL							

Parágrafo Único

As despesas decorrentes dos serviços ora contratados correrão por conta de recursos próprios da **CONTRATANTE**, previstos em seu orçamento, recebíveis através de Contrato de Gestão celebrado com o Município de Curitiba, para atender as metas definidas.

CLÁUSULA SEXTA– DO PAGAMENTO

I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de pagamento.

II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade.
- data da emissão.
- os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**.
- o período respectivo de execução do contrato.
- o valor a pagar. e



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à **CONTRATANTE**.

IV. A empresa deverá entregar na Unidade até o 5º dia do mês subsequente ao plantão, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues pela empresa e seu representante.

V. Após a conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

VI. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas faturas/notas fiscais, atestadas definitivamente pelo gestor ou fiscal do contrato.

VII. Quando da apresentação da Nota Fiscal deverá apresentar:

- a. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado relacionando a quantidade dos plantões/ horas cobrados, valor unitário e valor total;
- b. relatório dos plantões realizados de acordo com a escala (atualizado caso haja glosa de plantões),
- c. escala de plantão da especialidade;
- d. certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS);
- e. a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior a cobrança (se for o caso).

VIII. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar os seus débitos.

IX. Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados os exames executados e laudos liberados mediante apresentação da documentação prevista.

X. Do Pagamento por Performance

- a. O pagamento da hora normal será realizado conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, observado o cumprimento da meta mínima de atendimento de 04 (quatro) pacientes/hora.
- b. Os profissionais médicos que superarem a média mínima de 04 (quatro) pacientes/hora farão jus a um adicional de performance, calculado progressivamente, conforme item II, do capítulo 7.1, do Termo de Referência.
- c. Gestão Contratual: A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será formalmente atribuída aos Gestores das unidades que receberam estes profissionais.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

d. Consolidação Mensal: Os dados serão compilados em um Boletim de Desempenho mensal. Este documento servirá como base para a conferência da fatura da empresa contratada, detalhando a composição da remuneração variável e justificando eventuais sanções.

e. Não será devido o pagamento do adicional quando houver inconsistências no registro dos atendimentos, falha na alimentação do sistema ou descumprimento dos protocolos institucionais.

f. A FEAS poderá revisar, a cada 06 (seis) meses, os critérios de cálculo e os percentuais aplicados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os resultados alcançados.

g. O adicional por performance tem caráter variável, não incorporável à remuneração contratual e condicionado exclusivamente ao desempenho aferido.

h. A previsão desse pagamento visa estimular a eficiência, a qualidade assistencial e a redução de riscos de desassistência, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão adotadas em contratações públicas e privadas de serviços médicos.

XI. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

XII. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

XIII. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

XIV. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

XV. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

XVI. No caso de empresas com prestação de serviços de mão de obra exclusiva, as empresas deverão apresentar:

1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **CONTRATADA**.
 - c. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços. e
2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
- a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).
 - b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado.
 - c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), e
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
3. entrega, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, de quaisquer dos seguintes documentos:
- a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração **CONTRATANTE**.
 - b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte **CONTRATANTE**.
 - c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
 - d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado. e comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela **CONTRATADA**, os documentos elencados no item 1 acima deverão ser apresentados.
10. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
11. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a **CONTRATADA** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
12. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
13. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
14. Não haverá pagamento adicional pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
15. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
18. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
19. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
20. A Administração **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
21. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a **CONTRATANTE** comunicará o fato à



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

22. Não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

23. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

24. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

25. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

26. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

27. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

28. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

XVII. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Primeiro

A Nota Fiscal deverá vir em nome da Fundação Estadual de Atenção à Saúde, com sede à Rua Lothário Boutin, n.º 90, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.110-522, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83. As notas deverão encaminhadas ao setor de contratos para o e-mail contratos@feas.curitiba.pr.gov.br sempre com confirmação de leitura.

Parágrafo Segundo

Sendo identificada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido nas faturas apresentadas, esta comunicará por escrito à **CONTRATADA**, em até 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026
a protocolização das Notas Fiscais/Fatura. Neste caso, o prazo previsto no caput desta Cláusula será suspenso, até que haja a regularização da cobrança, sendo reiniciado o prazo para pagamento da fatura a partir dessa nova data, sem a ocorrência de quaisquer encargos à **CONTRATANTE**, seja a que título for.

Parágrafo Terceiro

Em sendo constatada pela **CONTRATANTE** a cobrança de valor indevido após o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATANTE** comunicará por escrito a **CONTRATADA**, a qual deverá efetuar o ressarcimento desses valores no faturamento do mês subsequente ao da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 382/2023 e Instrução Normativa nº 02/2021 – SMF, ou seja, será adotado como critério de reajuste o IPCA.

Ainda, nos casos em que haja mão de obra com dedicação exclusiva, a empresa poderá requerer a repactuação, quando da publicação da nova Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA– DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

- a. der causa à inexecução parcial do contrato.
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - c. der causa à inexecução total do contrato.
 - d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
 - e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
 - f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
 - h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato.
 - i. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
 - l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
 - b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).
 - c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - d. Multa:
 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 dias.
 2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

4. de 10% (dez por cento) sobre a parcela a ser adimplida, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei nº 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (art. 156, §9º)

IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

V. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VI. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida.

b. as peculiaridades do caso concreto.

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d. os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VII. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

VIII. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

IX. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

X. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto, todavia a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, designando, para tanto, um servidor para acompanhamento, que poderá entre outros:

- a) Notificar a empresa **CONTRATADA**, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- b) Solicitar à empresa **CONTRATADA**, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório.
- c) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

Parágrafo Único

A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

Correrão por conta exclusivos da **CONTRATADA**, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, ou vierem a ser criados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RENÚNCIA

A **CONTRATADA**, por si e por seus eventuais sucessores, renuncia expressamente a qualquer ação, questionamento ou pedido de devolução judicial ou administrativo relativamente aos tributos municipais incidentes sobre o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateralmente e por escrito pela CONTRATANTE, nos casos de descumprimento pela CONTRATADA das condições pactuadas e, ainda, na forma dos incisos II, do artigo 102 da Lei nº 14.133 e alterações, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos incisos I a III, do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, hipóteses em que, desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º e incisos, do artigo 79 e 80, daquele diploma legal.

Parágrafo Primeiro

Poderá ainda o contrato ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

- a) Na hipótese de a CONTRATADA solicitar a rescisão, esta deverá continuar prestando os serviços por período a ser estipulado pela CONTRATADA, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação de rescisão.
- b) Na hipótese de a CONTRATANTE solicitar a rescisão, deverá efetuar comunicação por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias, sendo então pagos os serviços comprovadamente prestados, não cabendo à CONTRATADA qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo Segundo

Se, a qualquer tempo, na vigência deste contrato, a CONTRATADA tiver decretada sua falência ou vier a se dissolver, de pleno direito ou extrajudicialmente, fica o presente contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo da resolução de eventuais pendências.

Parágrafo Terceiro

É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem prévia e expressa autorização e concordância da CONTRATANTE.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OBSERVÂNCIA À LEI 14.133/2021

O presente instrumento sujeita a CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas contidas na Lei nº 14.133/2021 bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

I. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

II. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

Indenizações e multas.

V. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

VI. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

VII. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

VIII. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

- a.** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021). e
- b.** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

IX. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 30 dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

X. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

- a.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria. e
- b.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

XI. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS GESTORES

Ficam designados para o presente contrato, os seguintes agentes nas respectivas funções:

Gestora: Rosane Kraus – Matrícula 1370

Suplente: Sulamita de Paula Santos – Matrícula 548

Fiscal Técnico/ Administrativo: Luiza Regina Antônio Zapani – Matrícula 1744

Suplente: Juliana Czarnobay – Matrícula 2525

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA VIGÊNCIA

O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir da



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

assinatura deste, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados da **CONTRATANTE**. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

- I. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- II. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.
- III. Garantir, que os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- IV. Notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados de que venha a ter conhecimento ou suspeita.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo segundo

Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no prazo máximo de 30 dias, sob instruções e na medida do determinado pela **CONTRATANTE**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

Parágrafo terceiro

A **CONTRATADA** declara, por meio deste instrumento, que:

- I. Cumpre a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, especialmente a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre o tema. implementando todas as medidas técnicas de segurança da informação disponíveis, além de medidas organizacionais para controle de acesso aos Dados Pessoais.
- II. Atua como Controladora de Dados Pessoais, de forma autônoma e independente, nos termos da LGPD, respondendo pelas atividades de Tratamento a que tenha ingerência, incluídas aquelas conduzidas por seus empregados e, em nenhuma hipótese a **CONTRATANTE** será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL

- I. As partes contratantes se comprometem a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- II. A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013. (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste contrato administrativo, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

Parágrafo Segundo



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.
- II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país." Art. 4º Do Termo de Integridade e Ética a ser exigido quando da assinatura dos instrumentos pactuados:

Parágrafo Quarto

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX declaro, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Elegem as partes o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para as ações que porventura decorram do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, xx de xxxxxxx de xxxxxx.

Sezifredo Paulo Alves Paz

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Feas



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5967
www.feas.curitiba.pr.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2026

Diretor-Geral – Feas

Contratada

Janaina Barreto Fonseca

Diretora Administrativa Financeira – Feas

Pedro Henrique Igino Borges

Assessor Jurídico – Feas

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Exportado do Sistema Único de Protocolo - 01-021633/2026 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 03/02/2026 15:35:31